

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM UM ATELIÊ DE PROJETO ARQUITETÔNICO

reflexões sobre propostas de intervenção no patrimônio cultural edificado em Pelotas/RS

*Franciele Fraga Pereira¹,
Aline Montagna da Silveira² e Mauren Aurich³*

Resumo

O campo do patrimônio cultural exige uma postura crítico-reflexiva e uma capacidade de trabalho interdisciplinar dos profissionais envolvidos com essa temática. Este ensaio apresenta uma discussão sobre as práticas pedagógicas realizadas na disciplina de Projeto de Arquitetura VI, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb-UFPe). O ateliê propõe a imersão dos alunos na realidade local, a partir do contato com edificações de valor patrimonial que são seus objetos de estudo. As práticas pedagógicas compreendem atividades em grupo e individuais, relacionando conteúdos teóricos e práticos, a fim de que, ao final do semestre, os alunos elaborem uma proposta de intervenção no patrimônio cultural edificado. Este trabalho busca debater como as práticas pedagógicas do ateliê abordam o desafio de capacitar os futuros arquitetos e urbanistas da FAUrb-UFPe para atuar nesse campo de trabalho que é ao mesmo tempo tão complexo e sensível.

Palavras-chave: arquitetura e urbanismo, patrimônio cultural, preservação patrimonial, ensino.

PEDAGOGICAL EXPERIENCES IN AN ARCHITECTURAL PROJECT ATELIER

Reflections on proposals for intervention in the architectural and cultural heritage in Pelotas/RS

Abstract

The field of architectural heritage requires a critical-reflexive posture and an interdisciplinary work capacity of the professionals involved with this theme. This essay presents a discussion on the pedagogical practices carried out in the discipline of Architecture Project VI at the Faculty of Architecture and Urbanism at Federal University of Pelotas (FAUrb-UFPe). The atelier proposes to immerse students in the local reality, through contact with buildings of cultural value that are their objects of study. Pedagogical practices include group and individual activities, relating theoretical and practical contents, in order that, at the end of the semester, the students are capable to elaborate on the proposal for intervention in the architectural heritage. This work seeks to

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPe). Arquiteta e Urbanista (FAUrb/UFPe).

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). Mestre em Educação (FaE/UFPe). Arquiteta e Urbanista (FAUrb/UFPe). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas.

³ Doutora em Engenharia Civil (USP). Mestre em Engenharia Civil (UFRGS). Engenheira Civil (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Tecnologia da Construção. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas.

debate how the pedagogical practices of the atelier address the challenge of training future architects at FAUrb-UFPe to work in this field of work that is both so complex and sensitive.

Keywords: architecture and urbanism, architectural and cultural heritage, cultural heritage preservation, teaching.

Introdução

A busca pela formação qualificada para atuação em sítios históricos de valor cultural é premissa cada vez mais relevante nos debates sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil (PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019). Essa constatação pode ser observada na motivação para a criação do Comitê de Ensino sobre o Patrimônio, vinculado ao ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) Brasil. O referido Comitê pauta suas ações “no campo de treinamento e educação para a proteção, conservação e revitalização de monumentos e sítios e do patrimônio construído em geral buscando alcançar estudos avançados neste campo” (ICOMOS BRASIL, 2020, p. 01).

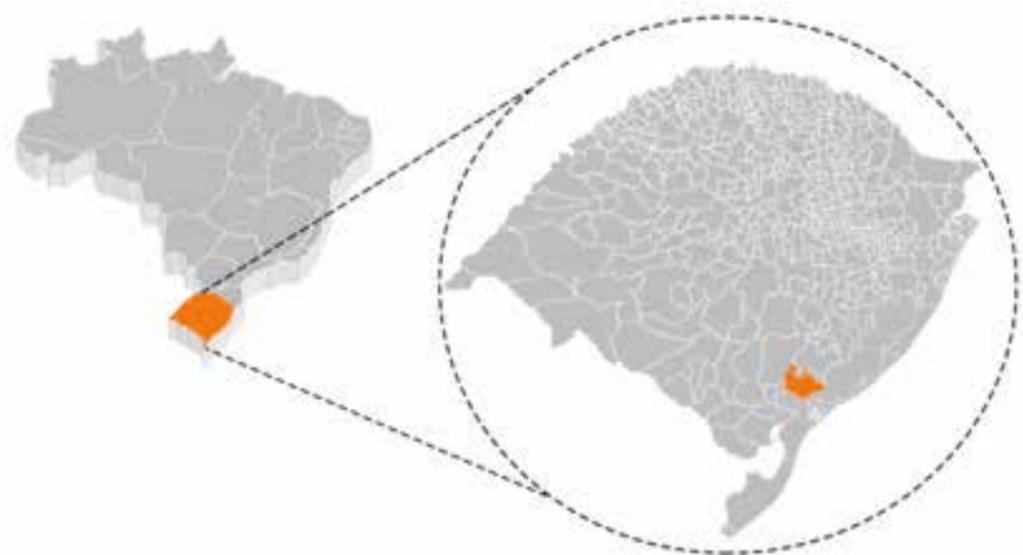
Os sítios históricos brasileiros passam por um momento de valorização e crescente reconhecimento, visto seu papel fundamental na formação histórico cultural da comunidade envolvente. Esses sítios são representantes importantes não só pelas especificidades de seus bens, mas também pelas relações imateriais que esses elementos representam à sua comunidade: as relações sentimentais e de memória, o saber-fazer, as artes e ofícios, entre outros (MENESES, 2009).

Ao tratar de intervenções em áreas de valor histórico e cultural, dadas as múltiplas significações atribuídas a esses locais, é de suma importância uma visão crítica e uma abordagem interdisciplinar por parte dos profissionais envolvidos (PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019). O reconhecimento de valor cultural desses sítios é resultado não somente da permanência de edificações de grande destaque e monumentalidade, mas também de obras de menor porte que formam a arquitetura de tecido (ou de acompanhamento), e que conferem legibilidade à ambiência urbana. Essas obras guardam em si não somente seu valor estético e formal, mas também são depositárias de um saber-fazer construtivo de gerações passadas. O risco de perder esse saber-fazer é grande, ao passo que se extinguem os profissionais que dominam essas técnicas (NEUTZLING, 2019).

O projeto de restauro e de intervenção em preexistências de valor cultural está mais incorporado a realidade das cidades brasileiras do que se imagina empiricamente em um primeiro momento, considerando a ampliação do que se entende por bem cultural (KÜHL, 2006). Esses bens devem e necessitam estar inseridos no cotidiano da cidade, tanto para sua conservação física quanto para sua interação com a comunidade circundante. O patrimônio cultural não pode ser entendido como longínquo das práticas culturais cotidianas.

Os bens culturais, sua manutenção e os projetos de restauro que fazem parte da sua trajetória constituem também parte do projeto da cidade contemporânea (RETTO JÚNIOR e KÜHL, 2019). Nessa perspectiva, torna-se essencial a discussão dessa temática nos ateliês de projeto de arquitetura e urbanismo, com o intuito de contribuir para a formação de um profissional crítico e reflexivo, comprometido com a realidade na qual se insere.

A reflexão sobre as tomadas de decisão projetual e a preservação do patrimônio cultural são objeto de discussão nos últimos anos, em trabalhos que se debruçaram tanto sobre as experiências de Projeto de Arquitetura VI (TOMAZ e SILVEIRA, 2019;



PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019) quanto aqueles desenvolvidos no Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) (TOMAZ, SILVEIRA e FARIA, 2020).

Contexto local

Pelotas, cidade localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), teve seu apogeu econômico entre o final do século XVIII e o início do século XX, em decorrência de sua produção charqueadora (GUTIERREZ, 2001). O acúmulo de capital financeiro desse período revela-se na ambiência urbana da cidade, em seus prédios públicos, residenciais, praças e marcos (SCHLEE, 2008). A relevância do patrimônio arquitetônico pelotense é reconhecida em âmbito municipal, estadual e federal através de instrumentos jurídicos, como o tombamento e o inventário de edificações de valor cultural.

Em paralelo à trajetória de patrimonialização na cidade, desenvolve-se também a história da UFPeI. Oficialmente fundada no ano de 1969, reunindo uma série de instituições antes independentes, a UFPeI está presente na cidade há mais de cinquenta anos. Essa instituição, com sede no município, tem se mostrado como importante agente de incentivo ao uso, a proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural (MICHELON, 2013; MICHELON, 2019).

No campo da identificação e salvaguarda do patrimônio arquitetônico, podemos destacar o papel do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da UFPEL, que há mais de trinta anos tem sua atuação nas cidades do Sul do estado do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2019).

As atividades extensionistas do NEAB na região geoe educacional da UFPEL demonstram o compromisso social da universidade pública com a comunidade circundante (Figura 2). Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas pelo NEAB pautam-se na identificação do patrimônio cultural edificado, a partir da valorização dos saberes das comunidades locais. Essas ações incluem o apoio aos órgãos públicos das administrações locais, através de consultorias e assessorias técnicas que orientam sobre a importância da preservação e sobre os procedimentos necessários para a salvaguarda de seus conjuntos de valor patrimonial.



A realização de atividades extensionistas nas diversas cidades da região permitiu uma qualificação nas abordagens e experimentações das atividades de ensino de graduação, possibilitando aos alunos desenvolverem estudos de casos reais e oportunizando simulações da prática profissional da Arquitetura e do Urbanismo (JANTZEN, OLIVEIRA e SILVEIRA, 2019).

A disciplina de Projeto de Arquitetura VI foi elaborada a partir de uma premissa que orienta as práticas desenvolvidas nas disciplinas que abordam a temática do patrimônio cultural, ministradas na FAUrb-UFPeI nos últimos anos: a imersão na realidade local através do contato com um objeto de estudo real. Essa postura de reconhecimento e valorização do saber local perpassa a disciplina e está em consonância com os preceitos contemporâneos do Iphan, que reconhece não só a cultura erudita, mas também a cultura e os saberes populares (IPHAN, 2018).

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o processo que dá suporte à essa disciplina, contemplando as práticas pedagógicas adotadas no ateliê de projeto e apresentando algumas soluções de intervenção no patrimônio arquitetônico de valor cultural.

Caminhos metodológicos

A disciplina Projeto de Arquitetura VI faz parte dos conteúdos obrigatórios do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPeI. É ministrada no 6º semestre do curso, compreendendo abordagens teóricas e práticas em uma carga horária semestral de 108 horas-aula.

Os conteúdos que tratam da temática da preservação do patrimônio cultural integram o currículo da FAUrb-UFPeI desde meados dos anos 1980. Ao longo desse período, as experiências pedagógicas passaram por modificações, mas sempre mantiveram a proposta de abordar a reflexão sobre a intervenção patrimonial no âmbito urbano e arquitetônico, a partir da inserção na realidade local. A abordagem de um ensino relacionado com a experimentação prática reverbera as inquietações apontadas por Schon sobre as premissas que permeiam a formação no ateliê de projeto. O autor destaca a importância de um “ensino prático voltado para ajudar os estudantes a adquirirem os tipos de talento artístico essenciais para a competência em zonas indeterminadas da prática” (SCHON, 2000, p.25). Argumenta ainda a importância das

instituições repensem “os pressupostos pedagógicos sobre os quais seus currículos estão baseados [...] para acomodar o ensino prático reflexivo como um elemento-chave da educação profissional” (SCHON, 2000, p.25).

Essas reflexões sobre as experiências pedagógicas em ateliês de projeto perpassam as discussões sobre a formação no campo da Arquitetura e Urbanismo, e repercutem nas estruturas curriculares dos cursos de graduação. No caso da FAUrb-UFPel, a última alteração do projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo ocorreu em 2016 (COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2016). Nessa proposta, a disciplina de Técnicas Retrospectivas foi subdividida em Desenho Urbano II (abordagem no âmbito da cidade) e Projeto de Arquitetura VI (abordagem no âmbito do edifício).

No caso de Projeto de Arquitetura VI, entre as modificações propostas nos processos de ensino-aprendizagem, que incluem desde a escala de projeto até o aprofundamento de conteúdos teóricos e tecnológicos, destaca-se a participação conjunta de duas professoras no ateliê: uma arquiteta e urbanista, vinculada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e uma engenheira civil, integrante do Departamento de Tecnologia da Construção.

A ementa da disciplina indica que os conteúdos ministrados compreendem o estudo, a análise, a reflexão crítica e a elaboração de uma proposta de intervenção no patrimônio edificado. A abordagem em relação ao bem cultural segue as indicações do Iphan (GOMIDE, SILVA e BRAGA, 2005), contemplando a identificação e conhecimento do bem de valor cultural, o diagnóstico do estado de conservação da obra e o mapeamento de danos. O referencial teórico para a tomada de decisão sobre a intervenção é construído a partir da discussão sobre a teoria e a história da conservação e do restauro, cotejada com a observação da legislação e dos instrumentos de preservação patrimonial pertinentes ao objeto de estudo. A ementa estabelece a exigência de apresentar, além do projeto de restauro da edificação preexistente, a proposta de inserção de um anexo junto à edificação de valor cultural, utilizando soluções projetuais em aço e/ou madeira (COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2016).

A proposta de aprendizagem da disciplina está pautada em atividades realizadas individualmente e em grupo (PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019). O processo de produção do conhecimento sobre o objeto estudado organiza o aporte teórico e prático, para que cada aluno tenha subsídios para desenvolver sua proposta de intervenção no bem, na etapa final do semestre. A particularidade de cada edificação escolhida para estudo visa preparar o aluno para cenários de tomadas de decisão individuais, como aquelas necessárias na elaboração do Trabalho Final de Graduação (TFG). As argumentações e reflexões desenvolvidas no ateliê, individual e coletivamente, contribuem para a formação do repertório específico do campo da Arquitetura e do Urbanismo. Como aponta Schon,

suas palavras não descrevem o que já está lá no papel, mas fazem um paralelo com o processo pelo qual ele faz o que está lá. Desenhar e conversar são formas paralelas de construir um projeto e, juntas, elas fazem o que eu chamo de linguagem do processo de projeto (SCHON, 2000, p.48).

A disciplina trabalha com um objeto real, que precisa ser conhecido, representado e compreendido em suas múltiplas dimensões. Diferentemente de outras experiências projetuais, não se trata de uma proposição que parte de um terreno vazio (apesar de que é importante considerar que mesmo esses locais podem possuir preexistências

ambientais e culturais significativas). A necessidade de compreender o objeto real, edificado, aponta para a necessidade de conhecer a “anatomia da edificação”, ou seja, de dissecar o objeto construído e transformá-lo na sua representação gráfica. Esse processo, diferentemente de quando criamos um novo projeto, pressupõe o domínio de uma série de conhecimentos prévios do aluno, incluindo a lógica construtiva das edificações antigas.

Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem dos sistemas estruturais e das técnicas construtivas tradicionais é importante para o processo de intervenção no patrimônio edificado, já que o aluno precisa conhecer como a edificação foi pensada estruturalmente e quais as características dos materiais empregados, para avaliar as diretrizes que serão contempladas na sua proposição, considerando as premissas atuais do campo do restauro. Nessa perspectiva, a produção do conhecimento ocorre simultaneamente para alunos e professoras, a partir de uma abordagem que entende que

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 1996, p. 15).

Identificação e conhecimento do bem

A escolha do objeto de estudo é feita pelos alunos, em grupo, para a realização da primeira etapa do trabalho de identificação e conhecimento do bem. O reconhecimento do bem de valor cultural e a indicação dos motivos que orientaram a escolha de determinada obra é uma das etapas iniciais da disciplina, que leva os alunos a perceberem a ampliação do conceito de bem cultural. O único requisito que precisa ser atendido nessa escolha é que o bem estudado tenha sido edificado com o emprego de técnicas construtivas tradicionais.

A área escolhida para seleção dos bens estudados na disciplina geralmente é indicada pelas professoras, que buscam identificar trechos da cidade que possuam um número significativo de exemplares num recorte espacial limitado, de forma a facilitar o acompanhamento das etapas de levantamento de campo. Nos dois últimos anos a área escolhida foi, preferencialmente, a Área de Especial Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), Zona de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC) (Figura 3).

A escolha da área de intervenção parte do entendimento dos fatos urbanos como elementos geradores da ocupação do local (ROSSI, 1999). A partir da presença do fato urbano, a proposta de estudo aborda a compreensão da ambiência em que o bem cultural está inserido. O estudo do sítio (ou do entorno do bem) é realizado a partir da análise dos elementos morfológicos urbanos (LAMAS, 1992). A compreensão da ambiência urbana auxilia no entendimento da inserção do bem cultural no tecido da cidade.

Após a definição do objeto de estudo, as etapas de identificação e conhecimento do bem consistem na documentação da edificação estudada. Integram essa etapa a pesquisa histórica, levantamentos e análises da obra. A pesquisa histórica é realizada a partir de documentação primária e secundária, em acervos públicos e privados. São fontes usuais de investigação mapas, plantas antigas e fotografias (Figura 4). Em determinadas edificações podem ser encontradas fontes mais específicas, dependendo de cada objeto estudado (PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019).

Figura 3 - Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas. Fonte: Acervo digital do NEAB. Figura 4 - Documentação histórica: mapa da cidade de Pelotas, 1835. Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 169.



A etapa de levantamento inclui a documentação gráfica produzida pelos alunos, que consiste no levantamento cadastral ou métrico-arquitetônico (cujo resultado são as peças gráficas que registram o bem), o levantamento topográfico, o levantamento fotográfico atual da edificação e o levantamento dos elementos artísticos integrados (PEREIRA, SILVA e SILVEIRA, 2019).

A análise tipológica e a identificação de materiais e sistema construtivo é fundamental para a compreensão da edificação estudada. As análises são produto das etapas anteriores, realizadas a partir dos levantamentos e do entendimento da obra edificada. Nessa etapa são contempladas a descrição da tipologia da edificação, da linguagem formal do bem, dos materiais empregados na edificação e do sistema construtivo utilizado.

A partir das análises, cotejadas com as informações das etapas anteriores, é possível determinar a cronologia da edificação e identificar acréscimos e reconstruções. Esse conhecimento servirá de subsídio para a decisão sobre a manutenção ou remoção de anexos de temporalidades diversas.

A etapa de prospecções tem o objetivo de fornecer informações complementares à pesquisa histórica e aos levantamentos. As prospecções podem ser arquitetônicas, estruturais e do sistema construtivo e arqueológicas (GOMIDE, SILVA e BRAGA, 2005). Na disciplina são apresentados conteúdos teóricos sobre essa prática, que se torna de difícil execução pela necessidade de coleta de amostras de material para a realização de estudos e/ou ensaios. Destaca-se, nesse sentido, a importância da previsão desses trabalhos na etapa de orçamento dos projetos de intervenção no patrimônio cultural edificado.

O diagnóstico da obra contempla o mapeamento de danos e a análise do estado de conservação do bem. O primeiro consiste na identificação e espacialização dos danos (ou manifestações patológicas) indicando seus agentes e causas. A análise do estado de conservação estabelece os danos dos materiais e do sistema estrutural e aponta os agentes da degradação.

As etapas descritas acima exigem que o aluno reconheça, entre outras questões, as técnicas construtivas e o sistema estrutural original da edificação, assim como as alterações pelas quais a obra passou ao longo dos anos (sistematizadas na cronologia da obra). Essa compreensão é fundamental para as tomadas de decisão projetual, que contemplam os preceitos basilares do campo da restauração: reversibilidade (ou retrabalhabilidade), distinguibilidade, mínima intervenção e compatibilidade entre materiais e técnicas (KÜHL, 2010).

A importância de um estudo de identificação e conhecimento do bem e de diagnóstico fundamentados no estado em que a obra se encontra no momento de escolha do objeto e de realização do trabalho é essencial para o seu reconhecimento enquanto bem de valor cultural no estado em que chegou até os dias de hoje. Esse entendimento fundamenta as proposições de intervenção, que compreendem que a restauração “não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história” (BRANDI, 2004, p.61). Essa postura é reforçada pela Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, que estabelece como premissa que “as ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material devem compreender e considerar o presente” (IPHAN, 2018, p. 01).

Propostas de intervenções no patrimônio cultural edificado

As temáticas de intervenção são escolhidas livremente pelos alunos, desde que sejam pautadas na preservação do objeto que se deseja conservar. Nessa abordagem, a função prevista para a etapa de intervenção (novo uso) deve adaptar-se a obra e não a obra à função. Nesse sentido, cada escolha deve atentar para a premissa de que “no campo da restauração, é possível encontrar um uso compatível, se o que se quer é, de fato, preservar como ato de cultura” (KÜHL, 2007, p.204).

O referencial teórico pressupõe o entendimento de que a intervenção em um bem cultural é essencialmente uma hipótese crítica, passível de revisão e de uma nova interpretação com o passar do tempo. Nesse sentido, destaca-se a importância da premissa da retrabalhabilidade (ou reversibilidade) das ações propostas na intervenção, de forma a impactar minimamente o bem que se deseja salvaguardar.



Figura 4 - Proposta de intervenção no patrimônio cultural edificado. O volume em branco representa a edificação preexistente, em cinza o volume proposto. Projeto do aluno Daniel Dâmaso Bertoldi, 2019. Fonte: Acervo FAUrb, modificado pelas autoras.

Essa premissa perpassa o campo do restauro desde meados do século XX, nas propostas apresentadas por Brandi e Philippot (KÜHL, 2010). Na Teoria do Restauro, Cesare Brandi indicava a importância de que:

[...] o escopo essencial da restauração não é apenas assegurar a subsistência da obra no presente, mas também assegurar a transmissão no futuro; dado que ninguém poderá jamais estar seguro de que a obra não terá necessidade de outras intervenções no futuro, mesmo que simplesmente conservativas, deve-se facilitar e não impedir as eventuais intervenções sucessivas (BRANDI, 2004, p.146).

Nessa perspectiva, a utilização de materiais e sistemas construtivos que causem o menor impacto possível na obra é uma das propostas da disciplina, prevista inclusive na definição do uso dos materiais (madeira e/ou aço) na proposição de edificação anexa à preexistência de valor cultural.

A distinguibilidade, uma das premissas do campo do restauro (KÜHL, 2010), se faz presente na prática de projeto no ateliê. A proposta de intervenção deve respeitar a obra original, e ainda assim ter sua legibilidade própria. A linguagem de materiais contemporâneos como o aço, por exemplo, confere as obras preexistentes um diálogo com a contemporaneidade (MORAES e RIBEIRO, 2010). Exemplo da aplicação desse princípio podemos observar no projeto acima (Figura 4).

Além da distinguibilidade entre o antigo e o novo, recomenda-se que a intervenção se justaponha harmoniosamente à preexistência, permitindo a sua remoção caso o material apresente degradações com o passar do tempo. Dessa forma, garante-se a retrabalhabilidade dos materiais.

Essa recomendação aparece na Política do Patrimônio Cultural Material do Iphan, através do princípio da precaução, que estabelece que “não se pode intervir em um bem cultural material antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem” (IPHAN, 2018, p. 01). Destaca-se ainda que está em consonância com a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, que “prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (BRANDI, 2004, p.48).

Em determinadas escolhas projetuais, elementos da edificação original são reinterpretados na proposta contemporânea, com o intuito de marcar uma relação de continuidade entre o novo e o antigo, ou seja, de destacar e valorizar elementos representativos da preexistência. Na proposta acima (Figura 5), o aluno reinterpreta a forma de uma das aberturas da fachada principal no desenho dos elementos vazados que são aplicados no volume de conexão entre a preexistência e o anexo projetado.

Uma das decisões mais importantes desse tipo de proposta de intervenção arquitetônica é a conexão entre o anexo proposto e a edificação existente. Na proposta acima (Figura 5) pode-se identificar uma solução que contempla o princípio da precaução do Iphan e a premissa do restauro brandiano; as edificações são distintas (é possível perceber que são de materiais e técnicas construtivas diferentes) e a conexão entre as duas é feita de maneira a respeitar a obra original. Novamente há o uso de estruturas metálicas nesse ponto da proposta de intervenção. A ampla utilização desse material ocorre pelo fato das estruturas metálicas possibilitarem a retrabalhabilidade, além de propiciar uma linguagem arquitetônica diferenciada entre o antigo e o contemporâneo, preservando a autenticidade da obra (MORAES e RIBEIRO, 2010).

Essas soluções são tratadas nas discussões que perpassam as práticas pedagógicas da disciplina, que incluem apresentações parciais dos resultados das etapas de identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de intervenção. Nos momentos de apresentações parciais dos trabalhos, os alunos experimentam a troca de saberes sobre as semelhanças e as particularidades dos projetos, reforçando práticas recorrentes e ampliando o repertório sobre especificidades de cada obra. As ações instigam o processo que Schon (2000) define como reflexão-na-ação. Essa situação ocorre quando a reflexão “em um caso único pode ser generalizada para outros casos, não trazendo à tona princípios gerais, mas contribuindo para o repertório de temas exemplares do profissional, a partir dos quais, em casos posteriores de sua prática, ele poderá compor novas variações” (SCHON, 2000, p. 63).

O mesmo ocorre nas orientações coletivas, onde as problemáticas de intervenção de restauro podem ser similares nos casos abordados ou apresentar particularidades específicas. Nessa perspectiva, o aluno ou o grupo podem ser instigados a pensar coletivamente sobre questões comuns e, ao mesmo tempo, compreender problemáticas que não necessariamente ocorreram no seu estudo de caso. Dessa forma, percebe-se como é possível ações que entendam como:

Figura 5 - Proposta de intervenção no patrimônio cultural edificado. Fachada da edificação com destaque para o elemento reinterpretado pelo aluno. Proposição do elemento vazado e aplicação no volume de conexão. Projeto do aluno Rogério Ferreira, 2019. Fonte: Acervo FAUrb, modificado pelas autoras.

[...] o conhecimento deve ser reconhecido como tradução individual e coletiva que é construída a partir da interação social. Isto implica na valorização do diálogo professor aluno, materializado através do conteúdo programático das disciplinas e das suas práticas pedagógicas. A ênfase deve ser deslocada do produto para o processo de construção do conhecimento: a qualidade do produto é consequência direta do processo e dos conteúdos (RHEINGANTZ e RHEINGANTZ, 1998, p. 5).

A localização da disciplina no sexto semestre do curso permite que o aluno consiga sistematizar, na prática do ateliê de projeto, conhecimentos adquiridos anteriormente no curso. Através de atividades teóricas e práticas, o aluno reinterpreta conhecimentos, apropria-se de novas abordagens, discute alternativas projetuais com os colegas e desenvolve o juízo crítico na proposição de intervenção, contemplando reflexões teóricas, tecnológicas e projetuais. Essa complexidade projetual é obtida a partir do trabalho de professoras com formações diferenciadas atuando em conjunto no ateliê de projeto.

Conclusão

Desde sua reformulação, implementada no ano de 2017, a disciplina já trabalhou com mais de trinta edificações de valor cultural na AEIAC ZPPC. As particularidades de cada edificação permitem que a cada semestre as experiências sejam únicas e diferenciadas. Essa situação proporciona uma possibilidade de novos conhecimentos para o grupo, que são compartilhadas nas apresentações de trabalho e nas orientações coletivas.

Esse trabalho relata algumas experiências pedagógicas vivenciadas no ateliê de projeto. Além das professoras da disciplina, nos últimos dois semestres as turmas foram acompanhadas com a presença de estagiárias docentes do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. A possibilidade de exercer a prática docente juntamente com alunos de pós-graduação amplia e potencializa as possibilidades de reflexão sobre o tema, instigando a interlocução das temáticas de interesse dos pós-graduandos com as soluções apontadas nas práticas projetuais no campo da intervenção no patrimônio cultural edificado.

A disciplina tem a característica de ser, para os alunos e docentes, um intenso e constante desafio, na medida em que se encara um canteiro experimental a céu aberto, de grandes dimensões, com um número significativo de possíveis edificações de interesse cultural. Muitas dessas edificações começam a ser investigadas e compreendidas no momento em que os alunos as escolhem como objetos de estudo. Nesse contexto, o desafio proposto é necessário, tendo em vista que uma das premissas do ateliê de Projeto de Arquitetura VI é a proposição, aos alunos, de experiências no campo do patrimônio cultural que se aproximem ao máximo da realidade da prática profissional da Arquitetura e do Urbanismo.

Anatureza do tema e o respeito aos princípios contemporâneos do campo da preservação patrimonial exigem o uso de soluções críticas e criativas. As particularidades das edificações escolhidas por cada aluno instigam o posicionamento crítico individual nas tomadas de decisão projetual. Essas são algumas das razões da importância desse tipo de experimentação pedagógica nesse momento do curso, a fim de preparar os estudantes para a realização de intervenções no campo do patrimônio cultural comprometidas com os bens que se pretendem preservar.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecemos aos alunos Daniel Dâmaso Bertoldi e Rogério Ferreira pela autorização de uso das imagens dos projetos desenvolvidos na disciplina Projeto de Arquitetura VI. Destacamos ainda nosso agradecimento aos proprietários e moradores das residências estudadas pelos alunos na disciplina no semestre de 2019-2, que permitiram o acesso às suas residências e possibilitaram a experimentação prática da disciplina.

Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Pelotas: FAUrb/UFPEL, 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/faurb/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GOMIDE, José Hailton; SILVA, Patrícia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo (Orgs.). *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural*. Brasília: IPHAN, Monumenta, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.

ICOMOS BRASIL. *Comitê de Ensino sobre o Patrimônio*. 2020. Disponível em <https://redepibrasil.com.br/comitedeensino>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018*. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: http://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 14 de jul. de 2020.

JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SILVEIRA, Aline Montagna da. *Técnicas Retrospectivas na FAUrb-UFPEL: Relato de Experiências de Preservação do Patrimônio Cultural*. In: 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, Belo Horizonte, 2019. Anais... 2019.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Patrimônio*. Revista eletrônica do IPHAN. Nº 4, mar/abr 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf. Acesso em: 11 de ago. de 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a Teoria da Restauração. *Pós*. nº. 21, São Paulo, jun., p.198-243, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. *Anais do Museu Paulista*. v. 18. n.2. jul.-dez., p.287-320, 2010.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MENESES, U. T. B. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. 2009, Ouro Preto, MG, Anais... Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SUTTI, W. (coord.)- Brasília, DF: Iphan, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira (Org.) *Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal de Pelotas: primeiro estudo*. Pelotas: Ed. da Universidade, 2013.

MICHELON, Francisca Ferreira. (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019.

MORAES, Carolina Albuquerque; RIBEIRO, Luiz Fernando Loureiro. *Intervenções metálicas em edificações de valor histórico e cultural: estudos de caso de interfaces*. In: CONSTRUMETAL 2010, Congresso Latino-Americano da Construção Metálica. São Paulo, 2010, Anais... São Paulo, 2010.

NEUTZLING, Simone Rassmussen. *O saber e o fazer: um olhar sobre o patrimônio: escaiolas em Pelotas*. Porto Alegre: Imagina Conteúdo Criativo, 2019.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SILVEIRA, Aline Montagna da. Entre tramas: as ações do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira e a preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização no sul do Rio Grande do Sul. In: MICHELON, Francisca Ferreira. (Org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019, p. 45-58.

PEREIRA, Franciele Fraga; SILVA, Karen Majurie; SILVEIRA, Aline Montagna. *A experiência de um atelier de arquitetura como meio de registro de bens integrados da arquitetura pelotense*. In: XVII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, ANACRONIAS DO TEMPO, 2019, Pelotas. Anais, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/17920>. Acesso em: 11 de ago. de 2020.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; RHEINGANTZ, Ana Maria Lopes. *Ensino de Projeto: Espaço da Admiração, Ambiente de Interação*. In: Anais do XV ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ENSEA/1998, Campo Grande/MS. Anais do XV Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Campo Grande/MS: ABEA, 1998. v. 1. p. 115-123.

RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva; KÜHL, Beatriz Mugayar. *O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea [recurso eletrônico]*. Tupã: ANAP, 2019.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *Pela memória de Pelotas. Como sempre!* In: I COLÓQUIO SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA, Brasília, 2008. Anais... Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08>. Acesso em 21 de set. de 2019.

SCHON, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TOMAZ, Lourenço Kallil; SILVEIRA, Aline Montagna da. *O ensino de intervenção no*

patrimônio edificado: experiências brasileira e italiana. In: 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 2019, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2019.

TOMAZ, Lourenço Kallil; SILVEIRA, Aline Montagna.; FARIA, Ana Paula Neto de. *Preservação da memória e da identidade do patrimônio cultural: reflexões sobre as diretrizes projetuais de intervenção na Estação Sapucaí, Jacutinga (MG)*. In: MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (orgs.); SERRES, Juliane Conceição; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi (coords.). (Org.). *Memória & patrimônio: identidade, emoção e ditaduras*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020, v. II, p. 138-157.